



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

EDITAL Nº 007/2025

PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2.025 PROCESSO N° 019/2.025

DA REALIZAÇÃO

ÓRGÃO LICITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS-SP.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sala de licitações

ENDEREÇO: RUA EUGÊNIO VOLPE N.250, Centro – RIBEIRÃO DOS INDIOS/SP.

DATA DA SESSÃO: 02/09/2025 HORÁRIO: 09:00 min

INFORMAÇÕES: (18)3261-6104; (18)3261-6256

E-MAIL: licitacoes@ribeiraodosindios.sp.gov.br

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: https://www.ribeiraodosindios.sp.gov.br/

COMUNICADO AOS INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO

O Município de Ribeirão dos Índios – SP, vem mui respeitosamente, trazer ao conhecimento de todos, que não hesitará em penalizar os licitantes que descumprirem o pactuado neste edital conforme artigo 155 e 156 da Lei Federal n. 14133.2021 e demais leis pertinentes. Eventual inobservância das regras legais, o Município de Ribeirão dos Índios – SP, se pronunciará com clareza e precisão quanto às suas decisões de aplicar multas, suspender e impedir proponentes de participarem de certames licitatórios. Desta feita, no intuito de evitar transtornos, solicitamos aos licitantes interessados que apresentem adequadamente a documentação relativa à habilitação e proposta de preços, firmando lances de forma consciente, séria, concisa, firme, concreta e exequível. Os licitantes deverão entregar o objeto em conformidade com o prazo, preços, padrões de qualidades exigidos no edital e leis pertinentes. Por fim, salientamos que pedidos de recomposição ou realinhamento de preços são exceções à regra, aplicáveis exclusivamente em situações especiais, e somente serão deferidos se estiverem em total consonância com a lei.

PREÂMBULO:

A Prefeitura Municipal de Ribeirão dos Índios/SP, CNPJ n. 01.552.221/0001-35, estabelecida na Rua Eugênio Volpe, n.250, Estado de São Paulo, por meio do PREFEITO MUNICIPAL infra-assinado neste Edital, no uso de sua competência e poder, torna pública para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2025 — Sistema de Registro de Preços - SRP, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, que será regido pela legislação aplicável à espécie, especialmente



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

pelas normas de caráter geral da Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal n. 123/2006 — Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal n. 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal n. 8.078/90 e suas alterações, pelos Decretos Municipais nºs 006/2024, 007/2024, 008/2024, 009/2024, 010/2024, 011/2024 e 012/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1 - DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se o objeto da presente licitação a SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE AQUISIÇÃO DE ATÉ 800 (OITOCENTAS) CESTAS BÁSICAS (CONTENDO OS PRODUTOS CONSTANTES DO ANEXO I) PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS-SP, CONFORME LEI MUNICIPAL 625/2013, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL 855/2021, COM ENTREGA PARCELADA, CONFORME NECESSIDADE, ATÉ 12 MESES, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
- 1.2. Nos termos da legislação vigente, em especial art. 48, III da Lei Complementar 123/06, foi estabelecida uma cota de 25% do objeto deste certame reservada a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, representado pelos itens **02** do objeto, descritos no Termo de Referência, Anexo do Edital.

USO DO PREGÃO PRESENCIAL

A opção pela modalidade presencial tem por base legal o disposto no artigo 176, inciso II, da lei Federal nº 14.133/2021 e se justifica pela necessidade da compra de alimentos para esta Administração, observando que se trata de objeto imprescindível e essencial para a manutenção e busca da excelência do serviço público prestado aos munícipes, conforme as especificações do Temo de Referência.

O principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade. Como se sabe a legislação prevê o uso da modalidade pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, todavia, a norma admite a adoção do pregão presencial de forma a permitir, entre outras



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

peculiaridades que podem ocorrer na forma eletrônica, a inibição por exemplo da apresentação de propostas insustentáveis em face do tipo de objeto, que podem atrasar os procedimentos e aumentar custos, além de atrasos na execução. Na forma presencial tem-se menos procedimentos burocráticos, além do que, na forma presencial há maior possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão e facilidade na negociação de preços, além do que a verificação das condições de habilitação técnica das licitantes, evitando inclusive apresentação de propostas que não preenchem as condições de habilitação através de documentos verossímeis e adequados ao objeto, evitando propostas que não sustentam, causando morosidade e embaraços no certame, além do que o Pregão ainda que na modalidade presencial cumpre inclusive as disposições de Lei tais como o princípio da publicidade além da gravação da sessão que garante a transparência dos atos na realização da mesma, que são cumpridos na forma da Lei.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar do certam e todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 2.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n. 11.488/2007, e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos na Lei Complementar n. 123/2006.
- 2.1.2. Salienta-se que foi estabelecida uma cota de 25% do objeto deste certame reservada a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, representada pelos itens previstos no item 1.2, nos termos da legislação vigente.
- 2.1.3. Caso não compareçam para participar da sessão no mínimo 03 (três) licitantes enquadrados como ME/EPP/Equiparado, nos termos do art. 49, II da Lei Complementar 123/06, os itens previstos no item 1.2, reservados dentro da cota dos 25% (vinte e cinco por cento) destinados para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, objeto desta licitação poderão ser adjudicados ao vencedor da cota principal, desde que:
- a) Que a empresa melhor classificada para Cota Principal tenha registrado proposta para Cota Reservada, comprometendo-se a registrar o menor preço dentre aqueles propostos para as referidas cotas;
- b) Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

2.1.3.1. Diante de sua recusa do vencedor da cota principal em adjudicar a cota reservada, esta poderá ser adjudicados licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado e que tenham registrado proposta para Cota Reservada.

2.2. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

- 2.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.2.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133, de 2021.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.6. O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n. 14.133/2021.
- 2.8. A vedação de que trata o 2.2.8 estende -se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 – DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

- 3.1 Tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, devendo igualmente identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;
- 3.2. Tratando-se de procuração por instrumento público ou particular de mandato, esta com firma reconhecida (procuração), da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento indicado no item "3.1" (acima), que comprove os poderes do mandante para a outorga, devendo igualmente identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

- 3.3. Anexo III Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.
- 3.4. Anexo IV Declaração de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado (se for o caso) para fruição dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006, sendo certo que esta declaração poderá ser substituída pela apresentação da certidão ou ficha cadastral de enquadramento emitida pela Junta Comercial respectiva;
- 3.4.1. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte microempresa ou equiparado a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/06 ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei n. 14133/21.
- 3.5. Os documentos necessários ao credenciamento e habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro;
- 3.6. A ausência da apresentação do solicitado no item 3.3 resultará no descredenciamento da proponente;
- 3.7. A ausência da comprovação solicitada no item 3.4 resultará no credenciamento da proponente sem uso dos benefícios previstos em Lei;
- 3.8. Será admitido apenas 1(um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 3.9. Para os envelopes enviados via correspondência (correios), ou ainda para aqueles entregues no Setor de Licitação sem a presença do representante para acompanhar os procedimentos, a licitante deverá apresentar os documentos para o credenciamento fora dos envelopes nº 1 e nº 2, porém, a mesma será excluída da etapa de lances verbais, sendo mantido, no entanto, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.10. A etapa de credenciamento estará aberta até a declaração verbal de encerramento a ser pronunciada pelo Pregoeiro, sendo que, após o encerramento nenhuma outra empresa será credenciada para este certame.
- 3.11. O Pregão Presencial possuirá o tipo de disputa "ABERTO", sendo o critério de julgamento MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM (cesta básica).



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

4 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta das dotações orçamentárias, abaixo especificadas:

02 – PODER EXECUTIVO 06 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 163 – MATERIAI, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 3.3.9.0.32.00

5. DA FORMALIZAÇÃO DE QUESTIONAMENTOS

- 5.1. Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do Edital de Licitação perante a Administração, o Licitante que não o fizer até três dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas.
- 5.2. Serão conhecidos e apreciados os questionamentos protocolados por escrito ou encaminhados, preferencialmente, via e-mail da pregoeira, <u>licitacoes@ribeiraodosindios.sp.gov.br</u>, no prazo descrito no item 5.1.
- 5.3. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 5.4. Os questionamentos, os pedidos de esclarecimentos, bem como suas respectivas respostas serão publicados no sítio oficial do município para conhecimento dos interessados e vincularão os participantes e a Administração.

6 - DA IMPUGNAÇÃO

- 6.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial, mediante petição a ser enviada para o endereço de e-mail da Pregoeira, licitacoes@ribeiraodosindios.sp.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Rua Eugênio Volpe, n°250, Centro, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.
- 6.2. Decai do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a Administração, o Licitante que não o fizer até três dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas.
- 6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

6.4. As impugnações e os seus respectivos julgamentos serão publicados no sítio oficial do município para conhecimento dos interessados.

7 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A PROPOSTA e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados, *separadamente*, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N. 1 – "PROPOSTA"	ENVELOPE N. 2 – HABILITAÇÃO
À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS
PREGAO N. 006/2025	PREGAO N. 006/2025
RAZAO SOCIAL DA PROPONENTE	RAZAO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ	CNPJ

8 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA - ENVELOPE N. 1

- 8.1. A proposta deverá ser **apresentada em papel timbrado da empresa, devidamente assinada,** elaborada por processo computadorizado e redigida em língua portuguesa, salvo as expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, e ser datada e assinada, em moeda corrente nacional, em algarismo, considerando até **02 (duas) casas decimais após a vírgula**, apurado à data de sua apresentação, devendo conter (pode ser usado o modelo previsto no Anexo IX):
- a) Razão Social, CNPJ, endereço, e-mail e Telefone;
- b) Número do Pregão;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, **conforme Anexo I**, em conformidade com as especificações técnicas deste Edital, caso contrário, fica subtendido que o objeto ofertado atende plenamente o solicitado pelo edital, devendo constar também o nome e a marca dos produtos ofertados;
- c.1) Só poderá ser ofertado no máximo uma marca para cada produto, sob pena de desclassificação da proposta.
- d) Preço unitário e total de cada produto, limitando-se a 02(duas) casas decimais, em moeda corrente



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

- e) Prazo de validade da proposta de no **mínimo 60 (sessenta) dias** contados da data da sessão;
- 8.2. A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor (pessoa jurídica) para fins de pagamento.
- 8.3. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.
- 8.4. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

9 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N. 2 - HABILITAÇÃO

- 9.1. Habilitação jurídica
- 9.1.1. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.1.2. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.4. Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 9.1.5. Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.1.7. Sociedade cooperativa: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o <u>art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971.</u>
- **9.1.8.** No caso das **ME/EPP/EQUIPARADO**, deverá apresentar neste momento ficha ou certidão cadastral completa ou simplificada atualizada da Junta Comercial da sede da Licitante, comprovando que a empresa se enquadra neste tipo societário.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- 9.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista
- 9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Procuradoria do Estado do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.8. Será concedido as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e Cooperativas o tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, desde que informado sua condição.
- 9.3. Qualificação Econômico-Financeira
- 9.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor <u>Lei n. 14.133</u>, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

9.4.1. Declaração Unificada da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho (Anexo VI – Declaração Unificada).

Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo VI – Declaração Unificada).

9.4.2. Ficha cadastral para fins contratuais (Anexo V);

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

10.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa dias) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

10.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro;

11 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 11.1. As licitantes credenciadas como ME, EPP ou EQUIPARADO, deverão obrigatoriamente apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitada;
- 11.2. Para as licitantes credenciadas como ME, EPP ou EQUIPARADO, havendo alguma restrição nas certidões apresentadas, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, à critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que a não regularização, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei n. 14.133/21, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação;
- 11.3. No caso de proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparado ser superior à proposta vencedora da fase de lances em percentual não superior a 5%, abrir-se á a possibilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparado em melhorando a sua proposta para ficar com valor inferior à melhor proposta apresentada, ser declarada vencedora do certame, nos termos do § 2º do art. 44 da Lei Complementar n. 123/06.
- 11.4. No local, data e horário constantes do preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento e recebimento dos envelopes dos interessados em participar do certame.
- 11.5. No credenciamento, as Licitantes entregarão a Pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e declaração de que se enquadra como ME/EPP/EQUIPARADO (se for o caso), de acordo com o estabelecido nos Anexos deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

- 11.6. A sessão será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos. A sessão será ainda gravada em áudio e vídeo conforme determina a legislação de regência.
- 11.7. A entrega dos envelopes implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.
- 11.8. A análise das propostas pela Pregoeira visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- 11.8.1. Cujo objeto não atenda condições fixadas no Edital;
- 11.8.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- 11.8.3. Que não atendam as especificações estabelecidas no presente Edital, impedindo que se atinja a finalidade prevista no presente Edital.
- 11.9. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- 11.9.1. Seleção da proposta de menor preço e as demais em ordem crescente de valor superiores àquela;
- 11.9.2. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;
- 11.9.3. Os documentos contidos no ENVELOPE Nº 1 PROPOSTA serão analisados pelo Pregoeiro, por sua equipe, bem como pelo departamento responsável que verificará a exatidão das operações aritméticas realizadas pelo licitante e procederá às correções correspondentes, caso necessário, com vistas à apuração do valor final a ser considerado para fins de julgamento da proposta.
- 11.9.4. Em caso de discrepância entre valores, o Pregoeiro da Licitação tomará como corretos os valores unitários informados pelo licitante na planilha de preços unitários e totais.
- 11.10. Para efeito de seleção será considerado o preço unitário por item;
- 11.11. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial;
- 11.12. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de **R\$ 0,50** (cinquenta centavos) entre os lances.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

- 11.13. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances;
- 11.14. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as ofertas, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado com valor final;
- 11.15. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;
- 11.15.1. Após o pregoeiro fará o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação (art. 82, VII, Lei n. 14.133/21).
- 11.16. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado apurados em qualquer período da vigência do contrato, mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;
- 11.17. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.17.1. Contiver vícios insanáveis;
- 11.17.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 11.17.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.17.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.17.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.18. Quando o julgamento se tratar de julgamento pelo valor global, o pregoeiro poderá aplicar a proporcionalidade de desconto da proposta inicial ofertada aos valores unitários;
- 11.19. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope n° 2, somente do licitante vencedor, contendo os documentos de habilitação de seu autor;
- 11.20. Será feita a consulta da empresa e seu representante legal no intuito de comprovar se há alguma restrição quanto a sua participação no sistema de apenados dos órgãos de controle.
- 11.21. Constatada a ausência de condições de participação, o Pregoeiro e sua equipe reputará o licitante inabilitado.
- 11.22. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para analisar os documentos apresentados, marcando, na mesma oportunidade, nova data e horário em que retomará os trabalhos, informando aos licitantes. Nessa hipótese, os documentos de habilitação já rubricados e os ENVELOPES N. 2 –



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

HABILITAÇÃO ainda não abertos permanecerão em poder da equipe até que seja concluída a análise da habilitação.

- 11.23. Não será exigida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para a habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte ou equiparados que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal n. 11.488/2007. Entretanto, será obrigatória a apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista indicados neste Edital no ENVELOPE N. 2 HABILITAÇÃO, ainda que apresentem alguma restrição.
- 11.23.1. Será assegurado o prazo de cinco dias úteis contados a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame para regularização da regularidade fiscal e trabalhista. Este prazo, a critério do Pregoeiro, poderá ser prorrogado por igual período.
- 11.23.2. A não regularização da regularidade fiscal e trabalhista no prazo indicado no item 11.23.1 deste Edital implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes para a assinatura da Ata de Registro de Preços, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 11.24. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 11.25. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 11.26. Em caso de ocorrência de empate entre participantes, será adotada as regras de desempate previstas na Lei n. 14.133/21, aplicáveis ao caso.

12 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediatamente e motivadamente a sua intenção, registrando o ato motivador para impugnação, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a adjudicação e homologação.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 12.3. Quando interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-la devidamente informada ao departamento jurídico para parecer e a autoridade competente para decisão.
- 12.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 12.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6. Adjudicada e Homologada a licitação pela autoridade competente, a contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de Ata de Registro de Preços, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da convocação, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta (se houver) em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, assinar a Ata de Registro de Preços.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICADO

- 13.1. A empresa contratada deverá realizar a entrega na sede desta prefeitura dos produtos no prazo de 02 (DOIS) dias úteis contados do recebimento da solicitação pelo departamento competente.
- 13.2. A empresa contratada receberá por cada produto entregue, devendo apresentar a devida nota fiscal.
- 13.3. Manter preposto aceito pela Administração, para executá-lo na execução do contrato.
- 13.4. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

14 - DOS PRAZOS, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

14.1. Será formalizada ata de registro de preços entre as partes e os produtos deverão ser fornecidos, mediante requisição do setor responsável, conforme exigências do termo de referência e demais anexos ao edital, nos prazos e quantidades que constam no termo de referência anexo do edital, contados da data do recebimento do Pedido, de acordo com as necessidades da Prefeitura. O responsável pelo recebimento do objeto deverá conferir a nota fiscal, o objeto e assinar o comprovante de recebimento atestando o serviço/compra realizada.

14.1.1. O prazo de entrega será de 02 dias úteis.

- 14.2. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo fiscal responsável, podendo ser rejeitados, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e/ou aceitação do produto/serviço constantes deste Edital, e deverá ser substituído e/ou corrigido pelo fornecedor, no prazo máximo a ser estipulado pelo setor requisitante que poderá ser de 01 (UM) dia , sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.
- 14.3. A contratada é responsável pelos danos causados direta e indiretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, na execução da Ata de registro de Preços.
- 14.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas de tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes desta licitação.
- 14.5. A licitante vencedora não poderá sub contratar, sub empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma da ata de registro de preços, sem a prévia autorização, por escrito, do Município, não o (a) eximindo de suas responsabilidades e/ou obrigações.
- a) Assumir a responsabilidade e ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente de trabalho, que incidam ou venham incidir sobre sua atividade e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo contratante.
- 14.6. O instrumento contratual ou Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelas partes, após a homologação do certame, em até 02 (dois) dias úteis de sua convocação.
- 14.7. A vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período nos termos da lei 14.133/21.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

14.8. Será admitida reequilíbrio de preços caso ocorra fato que desequilibre a Ata de Registro de Preços, mediante apresentação de documentação comprobatória de aumento de gastos, respeitando as regras previstas no Decreto Municipal n. 12/24.

15 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável conforme previsto no Termo de Referência.
- 15.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 15.3. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 15.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação. 15.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

NOTA: O Município de Ribeirão dos Índios/SP passou a aplicar a Instrução Normativa RFB n. 1.234/2.012, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 2.145, de 26 de junho de 2023. Desta forma, todos os documentos fiscais emitidos deverão observar as disposições da IN quanto ao Imposto de Renda, e o Decreto Municipal n. 27/2.023. Necessário, portanto, observar as regras contidas na IN RFB n. 1.234/2012 e no Decreto Municipal n. 27/2023, em todos os documentos fiscais emitidos para o Município de Ribeirão dos Índios/SP, inclusive quanto ao correto destaque do valor de imposto de renda a ser retido. Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda devendo comprovar tal condição através de declaração. As Retenções de ISSQN e INSS seguem legislação própria e vigente para cada um dos tributos.

16 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 16.1.2.1. Recusar -se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.1.2.2. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

- 16.1.2.3. Deixar de apresentar amostra, quando for exigido;
- 16.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.3.1. Recusar -se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 16.1.5. Fraudar a licitação;
- 16.1.6. Comportar -se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 16.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n. 12.846/13.
- 16.2. Com fulcro na Lei n. 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 16.2.1. Advertência;
- 16.2.2. Multa;
- 16.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

- 16.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
- 16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n. 14.133/21.
- 16.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 16.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura Municipal de Ribeirão dos Índios.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no portal oficial do Município de Ribeirão dos Índios.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Ribeirão dos Índios revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

- 17.10. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.
- 17.11. É facultada à Pregoeira ou à autoridade superior do Município de Ribeirão dos Índios, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 17.12. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na imprensa oficial do município.
- 17.13. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pela Pregoeira, comunicando devidamente aos licitantes.
- 17.14. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 17.15. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 17.16. Após o envio da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 17.17. Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.
- 17.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, endereço www.ribeiraodosindios.sp.gov.br.
- 17.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Santo Anastácio/SP.

18 - Constitui -se parte integrante deste edital:



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta de habilitação Previa;

ANEXO III – Declaração de enquadramento ME, EPP E Equiparado;

ANEXO IV - Ficha Cadastral;

ANEXO V – Declaração Unificada;

ANEXO VI - Modelo de Procuração;

ANEXO VII – Minuta do Contrato;

ANEXO VIII - Modelo de proposta.

Ribeirão dos Índios-SP, 31 de julho de 2025.

VALDECI JOSÉ FERNANDES PREFEITO MUNICIPAL



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Fundo Municipal de Assistência Social.

1. Do objeto, quantitativos, prazo de contrato e prorrogação.

1.1. Constitui objeto da presente licitação, visa, a, Aquisição de até 800 (Oitocentas) cestas básicas (contendo os produtos constantes do Anexo I) para distribuição gratuita para a população carente do Município de Ribeirão dos Índios-SP, conforme lei municipal 625/2013, alterada pela lei municipal 855/2021, com entrega parcelada, conforme necessidade, até 12 meses.nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Quantidades:

Produtos que deverão compor cada cesta básica:

Selecionado ão. produto tos, detritos p polimento,	pct
ão. produto tos, detritos	
tos, detritos	
polimento,	
	1
ro, medindo	
ma: 6 (seis)	
),	
na. Livre de 1	PCT
minima: 12	
eno atóxico,	
lico (vit. b9), 1	PCT
ante lecitina	
ão de 100g:	
nii C	nima: 6 (seis) o, nna. Livre de 1 e minima: 12 leno atóxico,



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

	mínimo 70g de carboidrato, 10g de proteína e 12,5g gorduras totais. o biscoito deverá ser fabricado a partir		
	de matérias primas sås e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de		
	conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais,		
	não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.		
04	CAFÉ TORRADO E MOIDO 500 GR - Extra forte, de boa qualidade, com aparência de pó fino, sem resíduos	2	PCT
	vegetais, com aroma, sabor e cor característicos. Validade mínima: 12 (doze)meses a contar da data de		
	entrega do produto. Embalagem Primária: embalado em filme metalizado termossoldado com peso de		
	500g. Com registro em órgão competente e selo da ABIC		
05	MACARRÃO 500G - Produzidas a partir de matérias primas sås e limpas, com ausência de insetos e outros	2	PCT
	animais em qualquer fase de desenvolvimento, vivos ou mortos, inteiros ou em partes, parasitos, sujidades		
	e objetos rigidos, pontiagudos e/ou cortantes. Contendo como ingredientes os seguintes elementos: sémola		
	de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos podendo conter corantes naturais cúrcuma e/ou		
	urucum. Tendo, no máximo, umidade de 13gr por 100gr. Características: cor ligeiramente amarelada, sabor		
	característico. Odor caracteristico. Validade mínima: 12 (doze) meses a contar da data de entrega do		
	produto. Tempo de cozimento: 10 (dez) minutos. embalagem primária: saco plástico de polietileno, atóxico,		
	resistente, termossoldado, lacrado, com peso líquido de 500 gr.		
06	MOLHO DE TOMATE 340GR produzido a partir de matérias primas sás e limpas, com ausência de insetos e	2	PCT
	outros animais em qualquer fase de desenvolvimento, vivos ou mortos, inteiros ou em partes, parasitos,		
	sujidades e objetos rígidos, pontiagudos e/ou cortantes. Preparado com frutos, maduros escolhidos, sãos,		
	sem pele e sementes, isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. podendo conter		
	adição de 01(um)% de açúcar e 05(cinco)% de cloreto de sódio. apresentando substância seca, menos		
	cloreto de sódio, minimo 33%p/p. caracteristicas: aparência: massa mole cor: vermelha. odor: próprio		
	sabor próprio, validade mínima: 12 (doze) meses a contar da data de entrega do produto. embalagem		
	primária: sachê, com peso líquido de 340gr		
07	FARINHA DE MANDIOCA 500 GR - Produto obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de mandioca,	1	PCT
	previamente descascada, lavada, isenta de radical cianeto e isentas de substâncias não comestíveis e		
	sujidades, no rótulo deverá constar a denominação do produto de acordo com a sua designação e		
	classificação. validade mínima: 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. embalagem:		
	embalados em pacotes de plástico transparente resistente e incolor de 1 kg. deverá apresentar rotulagem		
]	



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

	de acordo com a rdc nº 360, 2003/anvisa.		
08	FEIJÃO CARIOCA ESPECIAL TIPO 1, 1KG-Classificado com tipo cores, isto é, constituido de grãos com a	2	PCT
	mesma coloração, constituido de no minimo 95%		
	de grãos inteiros e correspondente à variedade no tamanho e cor, maduros, limpos e secos. Isento de		
	matéria terrosa, de parasitas, de detritos animais ou vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, chochos,		
	imaturos, manchados, chuvados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e		
	qualidade. Produção da última safra. Validade mínima:6 (seis) meses a contar da data de entrega do		
	produto. aparência: grãos inteiros com consistência próprio não esmagados. Validade mínima: 12 (doze)		
	meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem primária: saco de polietileno atóxico, resistente,		
	termossoldado, contendo peso liquido de 1 kg.		
09	ÓLEO REFINADO TIPO DE SOJA 900ML Óleo comestível, a base de grãos de soja sem conservantes		
		17	
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas.	2	PET
10		1	PET
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas.	_	
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas. SAL IODADO REFINADO DE MESA 1KG Cristais brancos com granulação uniforme, devendo passar	_	
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas. SAL IODADO REFINADO DE MESA 1KG Cristais brancos com granulação uniforme, devendo passar totalmente por peneira n°20 (0,841mm de abertura) e 25%, no mínimo, deve passar por peneira nº 60 (0,25mm de abertura), com anti-umectante. contendo sal de iodo não tóxico, na dosagem mínima de 10mg	_	
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas. SAL IODADO REFINADO DE MESA 1KG Cristais brancos com granulação uniforme, devendo passar totalmente por peneira n°20 (0,841mm de abertura) e 25%, no mínimo, deve passar por peneira nº 60 (0,25mm de abertura), com anti-umectante. contendo sal de iodo não tóxico, na dosagem mínima de 10mg e máxima de 15mg de iodo por 01(um) kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Livre de	_	
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas. SAL IODADO REFINADO DE MESA 1KG Cristais brancos com granulação uniforme, devendo passar totalmente por peneira n°20 (0,841mm de abertura) e 25%, no mínimo, deve passar por peneira nº 60 (0,25mm de abertura), com anti-umectante. contendo sal de iodo não tóxico, na dosagem mínima de 10mg e máxima de 15mg de iodo por 01(um) kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Livre de matéria terrosa, de parasitos, larvas e de detritos animais e vegetais. características: aparência: cristais de	_	
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas. SAL IODADO REFINADO DE MESA 1KG Cristais brancos com granulação uniforme, devendo passar totalmente por peneira n°20 (0,841mm de abertura) e 25%, no mínimo, deve passar por peneira nº 60 (0,25mm de abertura), com anti-umectante. contendo sal de iodo não tóxico, na dosagem mínima de 10mg e máxima de 15mg de iodo por 01(um) kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Livre de matéria terrosa, de parasitos, larvas e de detritos animais e vegetais. características: aparência: cristais de granulação uniforme de acordo com o tipo. cor: branca odor: inodoro. sabor: salino. Validade mínima: 12	_	
	embalagem de garrafa pet de 900 ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas. SAL IODADO REFINADO DE MESA 1KG Cristais brancos com granulação uniforme, devendo passar totalmente por peneira n°20 (0,841mm de abertura) e 25%, no mínimo, deve passar por peneira nº 60 (0,25mm de abertura), com anti-umectante. contendo sal de iodo não tóxico, na dosagem mínima de 10mg e máxima de 15mg de iodo por 01(um) kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Livre de matéria terrosa, de parasitos, larvas e de detritos animais e vegetais. características: aparência: cristais de	_	

Quantitativo total de alimentos a serem adquiridos, constando em cada item a cota principal e a reservada para ME/EPP/EQUIPARADOS – Art. 48, III, da LC n. 123/06:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICAS	UN	600
2	AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS	UN	200



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 1.2. A Ata de Registro de Preço terá prazo de 12(doze) meses contados da data da assinatura da ata, havendo possibilidade de prorrogação, nos termos do art. 105 e seguintes da Lei n. 14.133/21.
- 1.3. A Ata de Registro de Preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.4. As cestas básicas serão entregues de forma parcelada, conforme requisição do departamento social, com entrega na Prefeitura Municipal de Ribeirão dos Índios SP.

2. Da fundamentação da contratação.

Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7°, inciso I da IN 40/2020). A contratação em questão se faz necessária, pois irá atender famílias com renda mensal de até 02 (dois) salário mínimo vigente e que esteja em alto grau de vulnerabilidade social, famílias em situação de emergência e famílias com crianças e adolescentes em situações de risco.

Conforme a Lei municipal nº 625/2013, alterada pela lei municipal 855/2021 que "Cria o Programa Municipal de distribuição de Cestas Básicas para a população carente e dá outras providências".

3. Da descrição da solução.

- 3.1. A CONTRATADA, ficará obrigada a realizar o fornecimento das cestas básicas dentro do prazo estabelecido, para os Departamentos acima indicado deste município sempre que solicitado.
- 3.2. A empresa contratada receberá por cada produto entregue junto a esta administração, no valor unitário da proposta vencedora.
- 3.3. Deverá ser formalizado processo de licitação modalidade pregão presencial adotando sistema de registro de preços SRP.

USO DO PREGÃO PRESENCIAL

A opção pela modalidade presencial tem por base legal o disposto no artigo 176, inciso II, da lei Federal nº 14.133/2021 e se justifica pela necessidade da compra de alimentos para esta Administração, observando que se trata de objeto imprescindível e essencial para a manutenção e



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

busca da excelência do serviço público prestado aos munícipes, conforme as especificações do Temo de Referência.

O principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade. Como se sabe a legislação prevê o uso da modalidade pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, todavia, a norma admite a adoção do pregão presencial de forma a permitir, entre outras peculiaridades que podem ocorrer na forma eletrônica, a inibição por exemplo da apresentação de propostas insustentáveis em face do tipo de objeto, que podem atrasar os procedimentos e aumentar custos, além de atrasos na execução. Na forma presencial tem-se menos procedimentos burocráticos, além do que, na forma presencial há maior possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão e facilidade na negociação de preços, além do que a verificação das condições de habilitação técnica das licitantes, evitando inclusive apresentação de propostas que não preenchem as condições de habilitação através de documentos verossímeis e adequados ao objeto, evitando propostas que não sustentam, causando morosidade e embaraços no certame, além do que o Pregão ainda que na modalidade presencial cumpre inclusive as disposições de Lei tais como o princípio da publicidade além da gravação da sessão que garante a transparência dos atos na realização da mesma, que são cumpridos na forma da Lei.

4. Dos requisitos da contratação.

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto do contrato.
- 4.2. Não será exigida garantia para contratação.
- 4.3. Ademais, aplica-se, no que couber, as disposições constantes da Lei 14.133/2021 e supletivamente as normas de direito privado.
- 4.4. Por se tratar de pregão com adoção de sistema de registro de preços SRP, com entrega de alimento de forma imediata, com base no art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/21, fica dispensado a formalização do contrato que será substituído por autorização de compra

5. Do modelo de execução do objeto.

5.1. O prazo de entrega dos alimentos solicitados será de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da requisição de compra.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 5.2. O fornecimento será feito pela contratada.
- 5.4. Da garantia
- 5.4.1. Não será exigido garantia contratual.

6. Do modelo de gestão do contrato.

6.1. Rotinas de fiscalização contratual

- 6.1.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n. 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n. 14.133/2021, art. 115, §5°).
- 6.1.3. A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 6.1.3.1. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n. 14.133/2021, art. 117, §1°);
- 6.1.3.2. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n. 14.133/2021, art. 117, §2°).
- 6.1.4. A empresa será obrigada a reparar, corrigir, refazer, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n. 14.133/2021, art. 119).
- 6.1.5. A licitante será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela prefeitura (Lei n. 14.133/2021, art. 120).
- 6.1.6. Somente a empresa será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata de registro de preços (Lei n. 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.1.6.1. A inadimplência da empresa em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei n. 14.133/2021, art. 121, §1°).



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 6.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2°).
- 6.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3°).

7. Critérios de medição e de pagamento;

- 7.1. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada e aprovada pelo Gestor;
- 7.1.1. Deverá constar nas notas fiscais as requisições de compra, que serão enviadas ao Fiscal junto com a nota fiscal, o qual após conferir atestará a regularidade no verso e o encaminhará ao Gestor;
- 7.2. O pagamento poderá ser rejeitado caso o valor do documento fiscal esteja em desacordo com a quantidade entregues no mês ou quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da empresa, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O pagamento será efetuado pelo Setor de Contabilidade.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor;

- 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
- 8.1.1. Trata-se de processo de pregão fundamentado na Lei n. 14.133/21.
- 8.1.2. Foi realizada cotação de preços no intuito de comprovar que o preço contratado está de acordo com o praticado no mercado.
- 8.1.3 Será vencedora a empresa que ofertar o menor preço unitário por item para o produto.
- 8.2. Exigências de habilitação



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

Quanto as exigências para habilitação serão observadas o disposto na Lei n. 14.133/21, aplicáveis ao caso.

9.1. Habilitação jurídica

- 9.1.1. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.1.2. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.4. Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.
- 9.1.5. Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.1.7. Sociedade cooperativa: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

9.1.8. No caso das ME/EPP/EQUIPARADO, deverá apresentar neste momento ficha ou certidão cadastral completa ou simplificada atualizada da Junta Comercial da sede da Licitante, comprovando que a empresa se enquadra neste tipo societário.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- 9.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista
- 9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Procuradoria do Estado do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 9.2.8. Será concedido as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e Cooperativas o tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, desde que informado sua condição.
- 9.3. Qualificação Econômico-Financeira
- 9.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor Lei n. 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

9.4.1. Declaração Unificada da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho (Anexo VI – Declaração Unificada).

Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo VI – Declaração Unificada).

9.4.2. Ficha cadastral para fins contratuais (Anexo V);

9. Estimativas do valor da contratação;

A obtenção dos valores (para comprovação de que os valores contratados estão de acordo com o praticado no mercado) foi realizada através de cotação de preços com 03(três) empresas do ramo atividade:

Cotação de preços:

Item	Descrição	QTS	Forne	Fornecedor 1 Fornecedor 1		Fornecedor 2		Fornecedor 3	
			Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitári o (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Médio
1	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 – 5KG Beneficiado, polido, com no minimo 90% de umidade máxima de14%, caracteristicas fisico químicas biológicas e embalagens devem obedecer a legislação	2	29,98	59,96	29,90	59,80	30,90	61,80	30,26



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

	vigente. Selecionado eletronicamente, grão a								
	grão, não sendo masserado, lavar ou escolher								
	para a sua preparação. produto natural sem								
	adição de elementos químicos (agrotóxico).								
	Isento de matéria terrosa, parasitos, detritos								
	animais e vegetais e outros elementos estranhos								
	ao produto não podendo ser utilizados no								
	polimento, óleos minerais ou outras substâncias								
	resinosas ou graxas não comestíveis. aparência:								
	grão inteiro, medindo aproximadamente 06								
	(seis)mm com quantidades minimas de "barriga								
	branca. Validade mínima: 6 (seis) meses a contar								
	da data de entrega do produto. Embalagem								
	prímária: saco de polietileno atóxico,								
	resistente, termossoldado, contendo peso líquido								
2	de 5 kg. AÇÚCAR CRISTAL 5KG Contendo no mínimo	4	20.50	20,50	10.00	10.00	20.00	20,90	20.42
2		1	20,50	20,50	19,90	19,90	20,90	20,90	20,43
	99,2% de sacarose originária do suco da cana. Livre de fermentação, isento de matéria terrosa,								
	de parasitos e de detritos animais e vegetais,								
	validade minima: 12 (doze) meses a contar da								
	data de entrega do produto. Embalagem								
	primária: saco de polietileno atóxico, resistente,								
	termossoldado, contendo peso liquido de 5 kg								
3	BOLACHA DE ÁGUA E SAL 400GR Ingredientes:	1	8,10	8,10	7,90	7,90	7,95	7,95	7,98
	farinha de trigo fortificada com ferro e ácido	_	3,20	0,20	1,50	,,50	1,00	,,55	,,,,,,
	fólico (vit. b9), açúcar, gordura vegetal								
	hidrogenada, açúcar invertido sal refinado,								
	extrato de malte, estabilizante lecitina de soja,								
	fermentos químicos bicarbonato de sódio, amido								
	de milho. valor nutricional na porção de 100g:								
	mínimo 70g de carboidrato, 10g de proteína e								
	12,5g gorduras totais. o biscoito deverá ser								
	fabricado a partir de matérias primas sås e								
	limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e								
	em perfeito estado de conservação, serão								
	rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de								
	caracteres organolépticos anormais, não								
	podendo apresentar excesso de dureza e nem se								
	apresentar quebradiço.								
4	CAFÉ TORRADO E MOIDO 500 GR - Extra forte,	2	41,90	83,80	39,90	79,80	38,90	77,80	40,23
	de boa qualidade, com aparência de pó fino, sem								
	resíduos vegetais, com aroma, sabor e cor								
	característicos. Validade mínima: 12 (doze)meses								
	a contar da data de entrega do produto.								
	Embalagem Primária: embalado em filme								
	metalizado termossoldado com peso de 500g.								
	Com registro em órgão competente e selo da								
<u> </u>	ABIC		2.00	7.70	2.05	7.70	2.00	7.72	2.07
5	MACARRÃO 500G - Produzidas a partir de	2	3,89	7,78	3,85	7,70	3,86	7,72	3,87
	matérias primas sås e limpas, com ausência de								
	insetos e outros animais em qualquer fase de								
	desenvolvimento, vivos ou mortos, inteiros ou em								
	partes, parasitos, sujidades e objetos rigidos,								
	pontiagudos e/ou cortantes. Contendo como								
	ingredientes os seguintes elementos: sémola de								
	trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos								
	podendo conter corantes naturais cúrcuma e/ou								
	urucum. Tendo, no máximo, umidade de 13gr por								



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

	100gr. Características: cor ligeiramente								
	amarelada, sabor característico. Odor								
	caracteristico. Validade mínima: 12 (doze) meses								
	a contar da data de entrega do produto. Tempo								
	de cozimento: 10 (dez) minutos. embalagem								
	primária: saco plástico de polietileno, atóxico,								
	resistente, termossoldado, lacrado, com peso								
	líquido de 500 gr.								
6	MOLHO DE TOMATE 340GR produzido a partir de	2	4,05	8,10	3,99	7,98	4,00	8,00	4,01
	matérias primas sás e limpas, com ausência de								
	insetos e outros animais em qualquer fase de								
	desenvolvimento, vivos ou mortos, inteiros ou em								
	partes, parasitos, sujidades e objetos rígidos,								
	pontiagudos e/ou cortantes. Preparado com								
	frutos, maduros escolhidos, sãos, sem pele e								
	sementes, isento de fermentações e não indicar								
	processamento defeituoso. podendo conter								
	adição de 01(um)% de açúcar e 05(cinco)% de								
	cloreto de sódio. apresentando substância seca,								
	menos cloreto de sódio, minimo 33%p/p.								
	caracteristicas: aparência: massa mole cor:								
	vermelha. odor: próprio sabor próprio, validade								
	mínima: 12 (doze) meses a contar da data de								
	entrega do produto. embalagem primária: sachê,								
<u> </u>	com peso líquido de 340gr	_	4.00	4.00	F 45	F 15	F 20	F 20	F 44
7	FARINHA DE MANDIOCA 500 GR - Produto obtido	1	4,99	4,99	5,15	5,15	5,20	5,20	5,11
	pela ligeira torração da raladura das raízes de								
	mandioca, previamente descascada, lavada,								
	isenta de radical cianeto e isentas de substâncias								
	não comestíveis e sujidades, no rótulo deverá constar a denominação do produto de acordo								
	com a sua designação e classificação. validade								
	mínima: 6 (seis) meses a contar da data de								
	entrega do produto. embalagem: embalados em								
	pacotes de plástico transparente resistente e								
	incolor de 1 kg. deverá apresentar rotulagem de								
	acordo com a rdc nº 360, 2003/anvisa.								
8	FEIJÃO CARIOCA ESPECIAL TIPO 1, 1KG-	2	9,10	18,20	8,99	17,98	9,99	19,98	9,36
	Classificado com tipo cores, isto é, constituido de		3,10	10,20	0,55	17,50	3,33	13,30	3,55
	grãos com a mesma coloração, constituido de no								
	minimo 95%								
	de grãos inteiros e correspondente à variedade								
	no tamanho e cor, maduros, limpos e secos.								
	Isento de matéria terrosa, de parasitas, de								
	detritos animais ou vegetais, pedaços de grãos								
	ardidos, brotados, chochos, imaturos,								
	manchados, chuvados, mofados, carunchados e								
	descoloridos que prejudiquem sua aparência e								
	qualidade. Produção da última safra. Validade								
	mínima:6 (seis) meses a contar da data de								
	entrega do produto. aparência: grãos inteiros								
	com consistência próprio não esmagados.								
	Validade mínima: 12 (doze) meses a contar da								
	data de entrega do produto. Embalagem								
	primária: saco de polietileno atóxico, resistente,								
	termossoldado, contendo peso liquido de 1 kg.								<u> </u>
9	ÓLEO REFINADO TIPO DE SOJA 900ML Óleo	2	8,85	17,70	8,95	17,90	9,00	18,00	8,93
	comestível, a base de grãos de soja sem								
1	conservantes embalagem de garrafa pet de 900								1





C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

	ml acondicionadas em caixas c/ capacidade para 20 garrafas.								
10	SAL IODADO REFINADO DE MESA 1KG Cristais brancos com granulação uniforme, devendo passar totalmente por peneira n°20 (0,841mm de abertura) e 25%, no mínimo, deve passar por peneira nº 60 (0,25mm de abertura), com antiumectante. contendo sal de iodo não tóxico, na dosagem mínima de 10mg e máxima de 15mg de iodo por 01(um) kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Livre de matéria terrosa, de parasitos, larvas e de detritos animais e vegetais. características: aparência: cristais de granulação uniforme de acordo com o tipo. cor: branca odor: inodoro. sabor: salino. Validade mínima: 12 (doze) meses a contar da data de entrega do produto. embalagem primária: saco de polietileno atóxico, resistentes, termossoldado, contendo peso líquido de 1kg	1	3,19	3,19	3,15	3,15	3,20	3,20	3,18
	TOTAL:			230,55		227,26		232,32	230,04

Valor médio da Cesta Básica: R\$ 230,04 (Duzentos e trinta reais e quatro centavos)

Fornecedor 1: IRMÃOS FACHOLLI LTDA, CNPJ: 62.878.046/0001-65

Fornecedor 2: SUELI CARDOSO ROCHA - SUPERMECADO, CNPJ:14.525.533/0001-00

Fornecedor 3: CELSO APARECIDO DOS SANTOS MERCEARIA, CNPJ CNPJ: 42.884.621/0001-25

Obs.: As cotações de preços estão anexadas ao Estudo Técnico Preliminar.

JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO TIPO DE COTAÇÃO:

Foi obtido preço através da realização e pesquisa de preços diretamente com comerciantes do ramo de gêneros alimentícios, bem como empresas próximas a prefeitura deste município, pois, trata-se de aquisição de gêneros alimentícios.

Como é sabido tais produtos tem seus valores fixados de acordo com a região onde serão vendidos, isto porque, quanto mais longa a distância da fábrica dos produtos maior será o valor, considerando que referidos produtos são transportados em caminhões onde há o gasto com o frete.

Importante também acrescentar que nos referidos produtos ocorre a incidência do ICMS no transporte o que impacta no valor.

Assim, no intuito de conseguir um valor de acordo com a realidade da região foi realizada a cotação com o 03(três) fornecedores, próximos a sede desta prefeitura.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

A contratação será fixa até o término de sua vigência, mantendo-se, entretanto, o equilíbrio econômico-financeiro do avençado.

Será admitido o reequilíbrio de preços caso ocorra fato que desequilibre o contrato, mediante apresentação de documentação comprobatória de aumento de gastos.

Os prazos para resposta aos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro será de 15(quinze) dias úteis.

Por se tratar de adoção de Sistema de Registro de Preços, para o reequilíbrio será observado as regras previstas no Decreto Municipal n. 12/24, disponível no site: www.ribeiraodosindios.sp.gov.br **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;**

A contratação pretendida possui previsão no orçamento da Prefeitura Municipal de Ribeirão dos Índios para o exercício de 2025, na seguinte ficha orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

06 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

163 – MATERIAI, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

3.3.9.0.32.00

Ribeirão dos Índios, 30 de Julho de 2025.

Valdeci José Fernandes

PREFEITO MUNICIPAL



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO II - MINUTA DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

Pregão Presencial n. /2.025 Objeto:

	NOME COMPLETO, portador do RG n e CPF n representante
legal da emp	oresa, estabelecida a Rua, n, n.
Bairro,	na cidade de, Telefone, inscrita no CNPJ n
,	interessada em participar no Pregão Presencial n/2.024, nos termos da Lei
14.133/21, decla	ara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no	edital em epígrafe.
	Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.
	(local e data).
	(Nome, Função ou Cargo e Assinatura do Representante legal ou do Procurador)



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EQUIPARADOS PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006.

PREGÃO PRESENCIAL n/2.025
completo), inscrita no CNPJ sob o n.º, por meio de seu representante legal, o(a), (nome e dados pessoais) DECLARA, para
os fins do disposto na Lei Complementar n. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:
() MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/06;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3.º da Lei
Complementar n. 123/06;
()EQUIPARADO.
Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06.
Local e data,
(assinatura do representante legal da empresa)



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO IV FICHA CADASTRAL DA EMPRESA

DADOS DA EMPRESA (dados para fins de cadastramento no sistema de Licitações deste município e eventual envio de correspondência, ou fazer constar em eventual instrumento contratual que vier a ser firmado):

Razão Social:
CNPJ n.º:
Endereço:
CEP n.º:
Telefone(s):
E-mails:
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (dados para assinatura de eventual instrumento contratual/ata de registro de preço e/ou qualquer outra comunicação que vier a ser estabelecida):
Nome completo: RG n.º:
CPF n.º:
Cargo/Função Ocupado na empresa:
Telefone(s): E-mail's:
Por ser expressão de verdade, firmo a presente ciente de seus efeitos legais.
(local e data)
(assinatura do representante legal da empresa)



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Presencial n. /2025
Objeto:
(Nome), portador do RG n e CPF n, representante
legal da empresa, estabelecida à Rua n,
(Bairro), na cidade de Estado de, telefone
, e-mail, inscrita no CNPJ n, interessada em participar no
Pregão Presencial n. /2024, do Município de Ribeirão dos Índios DECLARA que:
1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n. 14.133/21, que não
empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na
condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou
contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua
habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os
termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos
constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as
exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo
apresentada para fins de habilitação.
4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos
licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a)
Sr.(a) e CPF
n°, cuja função/cargo é. (sócio
administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de
Preços/Contrato.
5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-
Prefeito, Vereadores, Coordenadores Municipais, ou ainda a agente público que desempenhe função
na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, por matrimônio ou parentesco, afim ou
consangüíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso
quadro social, nenhum Servidor do Município, em conformidade com o inciso IV do Art. 14 da Lei
14.133/21.
6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau,

na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF (Supremo Tribunal Federal).

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

reços/contrato seja encaminhado para o seguinte endereço.
E-mail: / Telefone: ()
Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao
Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do
CPF/MF sob
n.°. , para ser o(a) responsável pela execução da Ata de Registro de Preços/Contrato,
referente ao Pregão Presencial Nº e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações
contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.
, de 2025
Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO VI (MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO)

PROCURAÇÃO

A empresa (), inscrita no CNPJ sob nº (
), com sede na (), na cidade de ()
Estado (), neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa
- nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de
mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade,
estado civil, profissão e endereço),a quem confere(m) amplos poderes para junto a PREFEITURA
MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS INDIOS - SP, praticar os atos necessários para representar a
outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial n. xxxx, usando dos recursos legais e
acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los,
apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar
compromissos ou acordos, assinar contratos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer
esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.
Local e data.

Nome e número da identidade do declarante (representante legal da empresa)

RECONHECER FIRMA



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

ANEXO VII MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. xxx/2025

PREGÃO PRESENCIAL N. xxx/2025

PROCESSO N. xxx/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.2. Itens Adjudicados e Homologados:

ITEM QTD UNI. DESCRIÇÃO MARCA VALOR UNIT VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 meses contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período nos termos da Lei 14.133/21.
- CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:
- 3.1. A empresa deverá realizar fazer a entrega na xxxxxxxxxxx de acordo com o Termo de Referência Anexo II do edital da licitação, tendo um prazo de xxxxxxxx dias úteis para entrega a contar do recebimento da solicitação pelo departamento responsável;



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

3.2. Caso a qualidade do produto/serviço não corresponda às exigências da presente licitação, o objeto será devolvido, e deverá ser substituído pelo fornecedor no prazo de xxxxxxx dias úteis, sem qualquer ônus para a Prefeitura, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

3.3. Os atrasos nas entregas poderão ser fato para cancelamento da Ata de Registro por parte da Prefeitura, podendo a mesma aplicar as sanções previstas em edital e nesta ata de registro de preços nos termos da Lei 14.133/21;

3.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, resguardadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme Decreto Municipal n. 12/2024.

3.4.1. Os preços registrados poderão ser realinhados tanto para maior quanto para menor, quando necessário para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata ou do contrato dela decorrente, tal como pactuado.

3.4.1.1. O detentor da ata deverá apresentar requerimento perante à Divisão de Licitações, durante a vigência da ata de registro de preços ou do contrato dela decorrente, acompanhado de prova inequívoca da variação imprevisível de preços dos bens ou serviços registrados, consubstanciado em tabelas oficiais, notas fiscais de compra, tabelas comerciais, contratos e planilhas atualizadas de custo, os quais serão apurados mediante a aplicação da seguinte fórmula:

a) comparar os preços que serviram de parâmetro na época do registro com o preço do fornecedor naquele mesmo momento.

PF1/PP1 = IND

Onde:

PF1 = Preço do Fornecedor na época do registro

PP1 = Preço Parâmetro na época do registro

IND = Indicador

b) aplicar o indicador encontrado na letra anterior ao preço de parâmetro no momento do realinhamento proposto (atual).

IND.PP2 = PF2

Onde:



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

IND = Indicador

PP2 = Preço Parâmetro atual

PF2 = Preço do Fornecedor atual

- c) desde que possível, o Preço Parâmetro na época do registro (PP1) e Preço Parâmetro atual (PP2) deverão ser compostos por média aritmética.
- **3.4.1.2.** O realinhamento retroagirá a partir da data do protocolo do requerimento, quando autorizado, sendo que, no caso de haver pedidos/empenhos expedidos pela administração, antes da data do protocolo do requerimento, os mesmos deverão ser atendidos dentro dos preços registrados em ata não sendo realizada para estes quaisquer análises retroativas.
- **3.4.1.3.** De posse do pedido de realinhamento ou de alteração dos preços registrados, o órgão gerenciador:
- a) fará ampla pesquisa de mercado, para constatar a ocorrência dos fatores que afetaram a política os preços registrados; e
- **b**) consultará os demais fornecedores ou prestadores de serviços pela ordem de classificação, se aceitarão assumir a ata de registro de preços pelas condições iniciais.
- **3.4.1.4.** Se os fornecedores ou prestadores de serviços remanescentes aceitarem as condições iniciais, o órgão gerenciador informará o detentor da ata, que poderá decidir manter o vínculo ou pedir a sua liberação.
- **3.4.1.5.** Para efeitos do item anterior, na hipótese de o detentor da ata pedir a liberação, o órgão gerenciador convocará os fornecedores ou prestadores de serviços remanescentes para celebrarem a nova ata de registro de preços.
- **3.4.1.6.** Havendo a negativa do realinhamento na hipótese do item anterior, o detentor poderá solicitar a sua liberação, estando sujeito as sanções caso constatado retardamento imotivado ou prejuízo aos serviços público, caso em que o órgão gerenciador, pela ausência de êxito nas negociações, procederá a revogação da ata de registro de preços, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 3.5. Mesmo comprovada à ocorrência de fato superveniente e/ou as hipóteses previstas, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 3.6. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 3.7. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração poderá em caso de compra com entrega imediata substituir o contrato por autorização de compra nos termos do art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/21.
- 3.8. Os prazos para resposta aos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro será de 15(quinze) dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. Pelo objeto desta Ata de Registro fica estimado o valor global de R\$ _____ referente aos produtos oriundos do Pregão Presencial n. xxxx/2025.
- 4.2. A empresa receberá por cada produto entregue e aceito por esta Administração no valor unitário adjudicado.
- 4.2. O pagamento será efetuado no mês subsequente à entrega em até xxxx (xxxxx) dias, contados da entrega da nota fiscal devidamente aprovada no Setor de Contabilidade e conforme condições estabelecidas no Termo de Referência da licitação Pregão Presencial n. _____/2025.

CLÁUSULA QUINTA - Da Dotação Orçamentária

5.1. A presente despesa onerará os elementos econômicos constantes do orçamento vigente, conforme as dotações a seguir:

02 – PODER EXECUTIVO

06 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 163 – MATERIAI, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 3.3.9.0.32.00

CLÁUSULA SEXTA – Dos Direitos, Responsabilidades, Fiscalização, Penalidades e Multas

- 6.1. São direitos da Contratante:
- I vistoriar os produtos entregues e pela Contratada;
- II solicitar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato, a qual terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para dar a resposta ao solicitado, quando não possível informar/responder de imediato;
- III receber produtos de primeira qualidade.
- 6.2. São obrigações da Contratante:



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

I – efetuar o pagamento nas condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

- II fornecer todas as orientações e documentos, sanar as dúvidas relacionadas ao objeto deste contrato.
- 6.3. São direitos da Contratada:
- I receber o pagamento nas condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
- II solicitar documentos, orientações, etc, relacionados ao objeto deste contrato.
- 6.4. São obrigações da Contratada:
- I executar o objeto deste contrato, em conformidade com os Anexos, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, bem como a proposta por ela apresentada e legislações e normas aplicáveis ao seu objeto;
- II prestar esclarecimentos e informações solicitadas pela Contratante;
- III realizar a entrega dos produtos dentro do prazo;
- IV entregar produtos de primeira qualidade, dentro do prazo de validade das embalagens e realizar a troca dentro do prazo caso não esteja de acordo com as disposições solicitadas;
- V não realizar a subcontratação do objeto contratado;
- VI manter preposto aceito pela Contratante para representá-lo na execução do contrato;
- VII reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- VIII responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato.

5.5. Da fiscalização:
6.5.1. Fica designado como fiscal desta contratação o Sr (a), (nome)
(cargo), conforme Portaria n de de 2025 e nos termos do Decreto n
de de de 2025 e suas alterações.
5.5.2. Fica designado como gestor desta contratação o Sr (a), (nome)
(cargo), conforme Portaria n de de 2025 e nos termos do Decreto n
de de de 2025 e suas alterações.
6.6. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
5.6.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.6.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 6.6.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 6.6.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 6.6.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.6.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.6.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 6.6.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- 6.6.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- 6.6.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.6.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.6.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 6.7. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Ata de Registro de Preços; as seguintes sanções:
- 6.7.1. advertência;
- 6.7.2. multa;
- 6.7.3. impedimento de licitar e contratar;
- 6.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 6.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 6.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 6.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

- 6.9. A sanção prevista no item 6.7.1., será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 6.6.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 6.10. A sanção prevista no item 6.7.2., será de 10%(dez por cento) calculada sobre o valor contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.6., deste contrato.
- 6.11. A sanção prevista no item 6.7.3. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.2., 6.6.3., 6.6.4., 6.6.5., 6.6.6. e 6.6.7. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ribeirão dos Índios que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.12. A sanção prevista no item 6.7.4., será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.8., 6.6.9., 6.6.10., 6.6.11. e 6.6.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.2., 6.6.3., 6.6.4., 6.6.5., 6.6.6. e 6.6.7., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 6.11., e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 6.13. A sanção estabelecida no item 6.7.4., será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- 6.13.1. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal;
- 6.14. As sanções previstas nos itens 6.7.1., 6.7.3. e 6.7.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 6.7.2.
- 6.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada através de notificação para que o contratado pague aos cofres públicos no prazo de 15(quinze) dias úteis ou será cobrada judicialmente.
- 6.16. A aplicação das sanções previstas neste tópico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 6.17. Na aplicação da sanção prevista no item 6.7.2., será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.18. A aplicação das sanções previstas nos itens 6.7.3. e 6.7.4., requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 6.18.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 6.19. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 6.20. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 6.21. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

7.1. Aplicam-se a presente ata de registro de preços as hipóteses de extinção previstas nos artigos 137, 138 e 139, da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA Das Legislações Aplicáveis

8.1. Aplica-se a presente Ata de Registro de Preços todas as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e Decretos Municipais n.s 06/24, 07/27, 08/24, 09/24, 10/24, 11/24 e 12/24, principalmente quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA NONA Alteração

- 9.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nos termos do disposto no artigo 91 da Lei n. 14.133/2021, mediante o correspondente TERMO DE ADITAMENTO.
- 9.2. As condições da ata serão fixas até o término de sua vigência, mantendo-se, entretanto, o equilíbrio econômico-financeiro do avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA Da Vinculação

10.1. Vinculam-se às exigências desta Ata de Registro de Preços, naquilo que não colidir com esta, todas as Cláusulas e condições previstas no Edital do Pregão Presencial n. xxx/2024- Processo n. xxx/2025, bem como proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA Do Foro



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Santo Anastácio - SP, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por se acharem justos e compromissados, assinam as partes o presente instrumento em ()
vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.
Ribeirão dos Índios-SP, de de 2.025.
Contratante
Contratada
TESTEMUNHAS:
1
Nome:
CPF:
2
Nome:
CPF:
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA
RESOLUÇÃO N. 11/2021)
CONTRATANTE:
CONTRATADO:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. (DE ORIGEM):
ОВЈЕТО:
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:
1. Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução
contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,

cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;



Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: <u>pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br</u> – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n. 01/2011 do TCESP;

- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n. 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
- 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

AUTORIDADE MÄXIMA	A DO ÓRGÃO/ENTIDAD	E:

ACTORIDADE MI	AXIIVIA .	DO ORGAO/ENTIDA	NDL.				
Nome:							
Cargo:							
CPF:							
Assinatura:							
RESPONSÁVEIS	PELA	HOMOLOGAÇÃO	DO	CERTAME	OU	RATIFICAÇÃO	DA
DISPENSA/INEXI	GIBILID	ADE DE LICITAÇÃO	O:				
Nome:							
Cargo:							
CPF:							
Assinatura:							
RESPONSÁVEIS (QUE AS	SINARAM O AJUSTI	Ε:				



C.N.P.J: 01.552.221/0001-35

Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

CPF:
Assinatura:
Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
GESTOR(ES) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS C.N.P.J: 01.552.221/0001-35



Razão Social:

Representante legal:

Pregão Presencial n.

Quantidade

*

CNPJ: Endereço: Email: Telefone:

CPF: RG:

Objeto:

Agência: Conta:

Item

1 2 Rua Eugênio Volpe, n.º 250 – CEP 19.380-011 – Ribeirão dos Índios - Estado de São Paulo E-mai: pmri@ribeiraodosindios.sp.gov.br – Site: ribeiraodosindios.sp.gov.br VIVA A VIDA SEM DROGAS, DENUNCIE! – Telefone: 190 PLANTÃO 24 HORAS POR DIA – Observação: A DENÚNCIA É ANÔNIMA

Valor Unitário

R\$

R\$

Valor Total

R\$

R\$

ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA

(preenchida em papel timbrado da empresa, devidamente assinada, datada)

48, III	a de 25% rese I, da LC 123/0 01 e 02, cada c	6.	participação exclusiva de ME/	EPP/EQUIPARADO, nos t	ermos do art.
Item	Quantidade	1		Marca	
			3		
				·	
Prazo de validade da proposta: (no mínimo 60 dias).					
Para realização do pagamento:					
Banco):	-			

Local e data (nome da empresa e assinatura do representante legal)

Descrição Cesta Básica

Cesta Básica